



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Alpercata

Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	10
2	Metodologia	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico.....	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Alpercata.....	26
3.1	Caracterização Geral.....	26
3.2	Análise Temática	36
3.3	Diagnóstico de Comunidades Rurais Próximas ao rio Doce	67
3.4	Clipping de Notícias.....	69
3.5	Textos Acadêmicos	75
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	79
4.1	Turismo	79
4.2	Cultura.....	80
4.3	Esporte e Lazer	81
5	Avaliação de Impactos	84
5.1	Metodologia	84
5.2	Resultados	105
6	Créditos e Referências	122
	Entrevistados no Município.....	122
	Equipe Técnica.....	122

Referências	126
-------------------	-----

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	18
Tabela 2 Taxa de urbanização de Alpercata e Minas Gerais (%).....	28
Tabela 3 razão de dependência e taxa de envelhecimento de Alpercata e de Minas Gerais	29
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Alpercata e Minas Gerais (1991,2000 e 2010)	32
Tabela 5 PIB Total – Alpercata e Minas Gerais (2010, 2011, 2012 e 2013).....	34
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)	36
Tabela 7 Síntese das informações coletadas no Inventário Turístico de Alpercata.....	38
Tabela 8 Empreendimentos de refeições, lanches e ou bebidas em Alpercata	46
Tabela 9 Locais e templos de manifestação de fé/edificações.....	49
Tabela 10 Equipamentos de esporte e lazer	66
Tabela 11 Clipping de notícias de Alpercata	70
Tabela 12 Síntese de citações	75
Tabela 13 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	85
Tabela 14 Modelo de planilha de identificação dos impactos ambientais	87
Tabela 15 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	117
Tabela 16 Listagem de participantes de reunião institucional em Alpercata	122
Tabela 17 Equipe técnica	122

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizadas por meio de drone.	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	22
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	23
Figura 6 Mapa de localização do Município de Alpercata.....	31
Figura 7 Bens Identificados em Alpercata	39
Figura 8 Pousada e Restaurante MG7	45
Figura 9 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	53
Figura 10 Poesia e ilustração	60
Figura 11 Mapa de localização do Chacreamento Paraíso	68
Figura 12 Vista aérea do Chacreamento Paraíso.....	69
Figura 13 Vista aérea do Chacreamento Paraíso.....	69
Figura 14 Nuvem de termos referentes ao clipping de Alpercata	74
Figura 15 Modelo de gráfico de radar.....	90
Figura 16 Exemplos de gráficos de radares de impactos positivos e negativos	91
Figura 17 Classificação da significância de impactos.....	92



Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Alpercata	35
Gráfico 2 Impacto na imagem do município	106
Gráfico 3 Impacto sobre a pesca amadora no município de Alpercata	107
Gráfico 4 Impactos nas atividades de esporte e lazer	109
Gráfico 5 Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas	110
Gráfico 6 Impactos econômicos no turismo	112
Gráfico 7 Impacto nos costumes	113
Gráfico 8 Impacto na paisagem	114
Gráfico 9 Impacto sobre comunidade	116

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo, relativos ao município de Alpercata, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia
- Parte II: Diagnóstico do município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de

¹ Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

² Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, no âmbito dimensão lazer e que há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico de todos os 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Alpercata aqui apresentados são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte a avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Alpercata/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer. A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Alpercata. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração. A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo, possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência. A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos. Salienta-se que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer -, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos, e, de modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas - IPEA
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria - Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnica científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo e pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram de pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos em gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *Tapsee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos, de acordo com a indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O *Tapsee* permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizadas por meio de drone.

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários para pescadores, moradores locais e ribeirinhos que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, por exemplo, as lojas que comercializam produtos voltados a pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca e documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos, fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume à parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Alpercata

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

O processo de povoamento da área onde se localiza Alpercata remonta à segunda metade do Século XVIII, com os aldeamentos indígenas dirigidos por religiosos (ALPERCATA, 2016).

Todavia, os personagens considerados como fundadores da povoação, nos registros históricos oficiais, chegaram ao local na década de 1920: primeiro, Manoel Florentino Lopes e sua família e, depois, Gabriel Lopes, vulgo “Gabriel Precata”. A alcunha deste último lhe foi conferida pelo fato de usar calçado do tipo alpercata. Por associação a esse traço de um de seus fundadores, a povoação logo passaria a ser conhecida como “Povoado do Precata” (ALPERCATA, 2016).

Com a construção da rodovia Rio-Bahia, em 1941, o povoado seria ampliado em razão da fixação de trabalhadores envolvidos na referida obra. Com isso, novas casas e estabelecimentos comerciais foram construídos e a agropecuária se desenvolveu no local (ALPERCATA, 2016).

Em decorrência do crescimento do povoado, surgiu o intento de alça-lo à condição de distrito, o que ocorreu em 1948, por meio da Lei Estadual nº 336, de 27/12/1948. Denominado Alpercata, o distrito era subordinado ao município de Governador Valadares (ALPERCATA, 2016; BARBOSA, 1995).

Em 30 de dezembro de 1962, foi instituída a Lei nº 2.764/1962, por meio da qual Alpercata se elevou à categoria de município, desmembrando-se de Governador Valadares (ALPERCATA, 2016; BARBOSA, 1995).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

A área na qual Alpercata está situada corresponde a 166,11 Km², pertencendo à Mesorregião do Vale do Rio Doce e à Microrregião de Governador Valadares (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 24° C.

Os municípios limítrofes de Alpercata são: Governador Valadares, Fernandes Tourinho, Engenheiro Caldas e Tumiritinga. O município é, ainda, formado pela sede e pelo distrito Era Nova (ALPERCATA, 2016; MINAS GERAIS, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, a população de Alpercata em 2016 era de 7.497 habitantes e sua densidade demográfica de 43,18 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período 1991-2000 a taxa média anual de crescimento da população de Alpercata foi de 0,35%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010 a população do município registrou taxa média anual de crescimento negativa (-0,29%). Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 76,3% em 2000, teve aumento pouco expressivo em 10 anos, passando para 78,9% em 2010. O mesmo pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29%. Verifica-se, porém, o deslocamento contínuo da população pertencente às áreas rurais para a zona urbana tanto no município como no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 2 Taxa de urbanização de Alpercata e Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Alpercata	População urbana	64,54	76,26	78,92
	População rural	35,46	23,74	21
Minas Gerais				
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Alpercata era composta por 50,06% de homens e 49,94% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, não observando-se, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Alpercata, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 40,21%, em 1991, para 20,25%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

Porém, o percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (6,58%, em 1991, para 14,16%, em 2010), é significativamente menor do que o encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Além disso, observa-se que, em 2010, somente 3,66% da população de Alpercata possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Alpercata possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em Alpercata, no ano 2000, a razão de dependência foi de 61,59%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 55,04%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 10,01% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 3 razão de dependência e taxa de envelhecimento de Alpercata e de Minas Gerais

		1991	2000	2010
Alpercata	Razão de dependência	78,62%	61,59%	55,04%
	Taxa de envelhecimento	6,55%	7,72%	10,01%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Especialmente no ano de 2010, identifica-se diferenças entre os valores atribuídos a Alpercata e a Minas Gerais, sobretudo na razão de dependência. Para esta, bem como para a taxa de envelhecimento, verifica-se que os valores registrados são superiores aos do estado.

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

A principal via de acesso ao município de Alpercata é a terrestre, sendo seu principal meio o rodoviário. O Terminal Rodoviário, cuja administração é privada, foi identificado como o “ponto de ônibus do Bar do Zé Pequeno”⁸, encontrando-se em estado de conservação regular.

O município é cortado pela BR-116 e está situado a 323 Km de Belo Horizonte. Os municípios polos regionais mais próximos são Governador Valadares (10 Km) e Caratinga (100 Km).

O transporte intermunicipal é realizado principalmente pela empresa Viação Torres. Já o acesso da população ao meio de transporte ferroviário se faz possível na Estação Ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas, em Governador Valadares. Os serviços aeroviários mais próximos, por sua vez, encontram-se em Governador Valadares - Aeroporto Coronel Altino Machado de Oliveira (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Alpercata conta com as empresas Claro, Oi e Vivo como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis.

A Figura 6 na sequência aponta à localização e, principais vias de acesso ao município de Alpercata.

⁸ Endereço: Avenida Agenor Andrade, nº 70, centro. CEP: 35138-000.

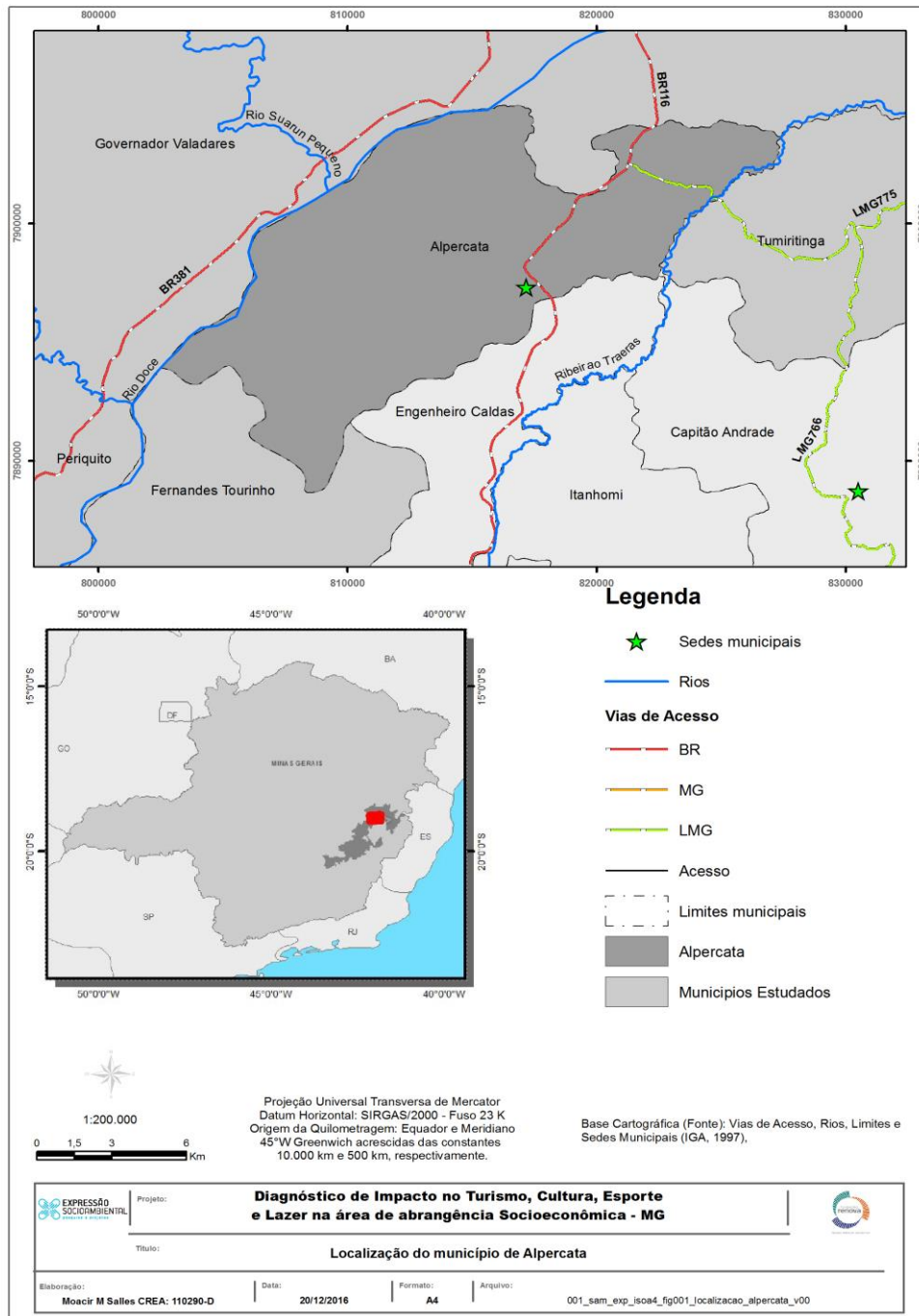


Figura 6 Mapa de localização do Município de Alpercata

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Alpercata, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,272 do IDHM total, 0,108 do IDHM longevidade, 0,154 no IDHM renda e 0,367 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Alpercata e Minas Gerais (1991,2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Alpercata	0,374	0,549	0,646	0,716	0,747	0,824	0,475	0,580	0,629	0,154	0,381	0,521
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Alpercata foi de 0,646 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado dos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,154 para 0,521. Por sua vez, o índice referente à longevidade alcançou o patamar dos 0,824 pontos, em 2010, tecnicamente igual ao índice do estado de Minas Gerais (0,838).

No entanto, observa-se que o IDHM de Alpercata manteve-se constantemente abaixo do IDH do estado de Minas Gerais.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macroestrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Alpercata, é possível identificar que o PIB do município cresceu no período de 2011 a 2013. Entre 2010 e 2011, o percentual de crescimento foi de 10,1%, passando a 13,4% entre 2011 e 2012. Já entre 2012 e 2013 verificou-se uma queda no valor, que passou para 9,9% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 11,1% no período 2011-2013, superior à do estado de Minas Gerais que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Alpercata cresceu em média no período mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB Total – Alpercata e Minas Gerais (2010, 2011, 2012 e 2013)

Local	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Alpercata	60.662	10,1	68.801	13,4	75.636	9,9
Minas Gerais	619.103	7	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB per capita, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$7.680,61, em 2010, e R\$10.170,25, em 2013 (PRÁXIS, 2016). Constata-se, assim, que o montante é expressivamente inferior aos valores de Minas Gerais (R\$ 27.846,81).

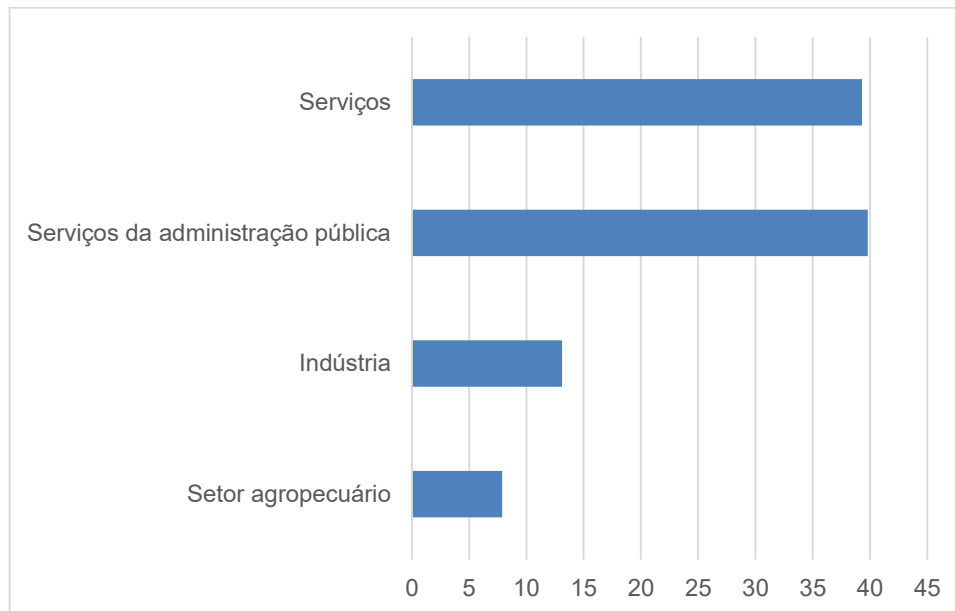
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Alpercata encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 39,3% e 39,8%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Alpercata



Fonte: Elaboração própria com base em dados IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016.

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 13,1% e 7,9%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Para o primeiro, portanto, observa-se diferença significativa entre o município e Minas Gerais (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Alpercata possuía 1.735 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 1.929 no ano de 2010, indicando um crescimento pouco significativo. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas em 2000 e 9.264.527 em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Alpercata	1.735	1.929
Minas Gerais	7.153.508	9.264.527

Fonte: SIDRA IBGE, 2016.

A agropecuária correspondia a 37% da economia de Alpercata e era responsável por 131 empregos, conforme dados coletados em 2014. O município contava, naquele ano, com um total de 46 estabelecimentos ligados ao setor. Outros setores participam da dinâmica econômica do município, a exemplo do comércio varejista, que empregava 143 pessoas e contava com 25 estabelecimentos em 2014. A administração pública, por sua vez, empregava 454 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, identificou-se que Alpercata conta com Lei Orgânica (Lei nº 12/2002) e Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 870/2013).

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Alpercata. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁹. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Alpercata para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Alpercata, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar 29 bens, serviços e atrativos. Essas informações permitem observar que, nenhum atrativo natural foi inventariado e apenas um equipamento cultural foi identificado no município. A pouca oferta de atrativos turísticos é acompanhada por um número reduzido de serviços relacionados a esse setor, tais como equipamentos de hospedagem e de eventos.

⁹ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese das informações coletadas no Inventário Turístico de Alpercata

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	15
Equipamento de hospedagem	1
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	7
Transporte	0
Locais/templos de manifestação de fé	7
Serviços e equipamentos para eventos	0
Outro serviço e equipamento turístico	0
Equipamentos Culturais	2
Meios de Comunicação	1
Equipamentos Culturais	1
Equipamentos de Esporte e Lazer	6
Equipamentos de Esporte e Lazer	6
Atrativos	0
Atrativo natural	0
Atrativo cultural	0
Diversidade Cultural	6
Grupos Culturais	1
Calendário Cultural	4
Gastronomia	1
Total	29

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7, a seguir.

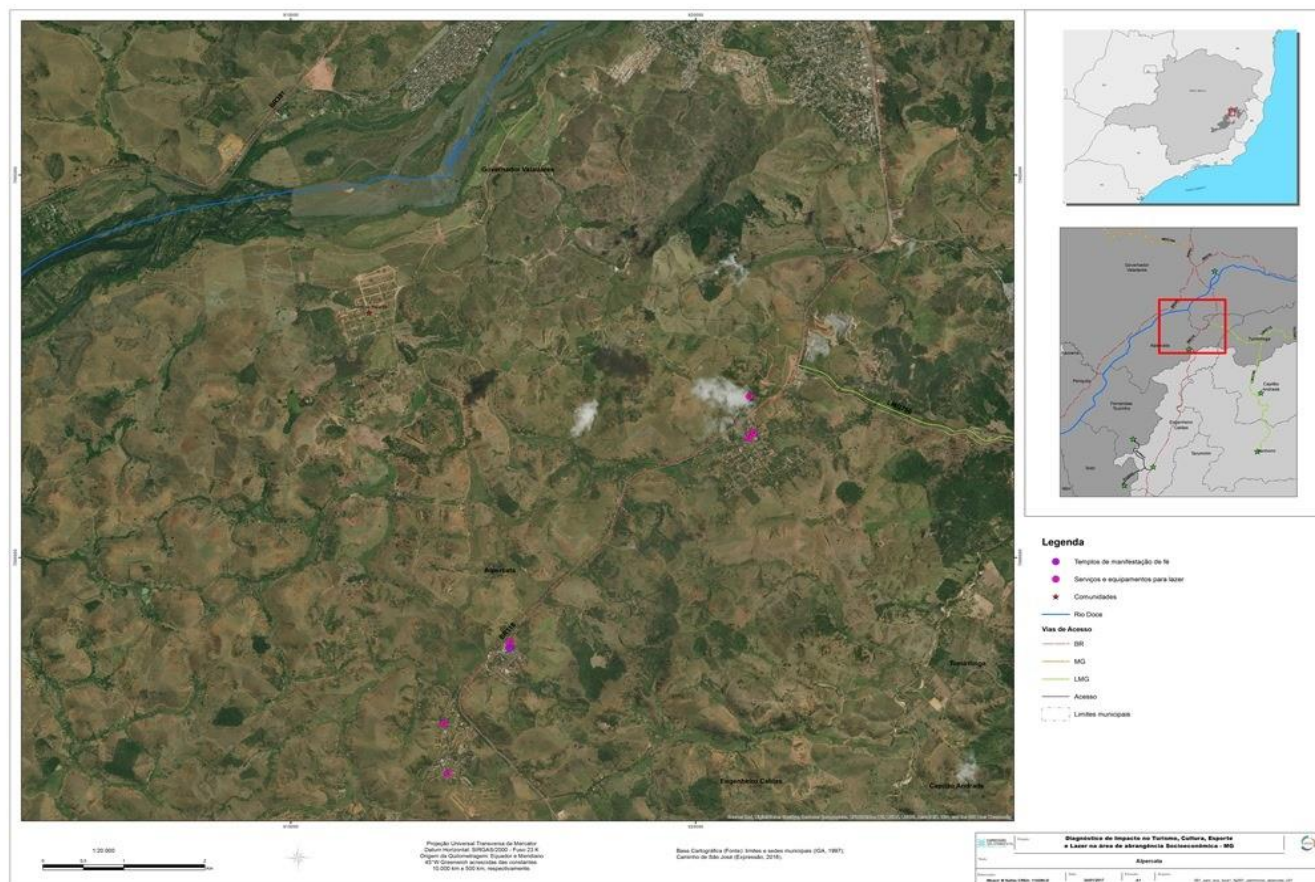


Figura 7 Bens Identificados em Alpercata

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de gestão

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), avalia, dentre outras variáveis, a “Organização Turística do Município”¹⁰. Este indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e

¹⁰ O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Alpercata ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas.

Entende-se que um bom planejamento no campo do turismo passa pela implementação de políticas públicas elaboradas em parceria com a sociedade civil. Essa iniciativa é indispensável para qualquer comunidade que deseja criar melhorias, organizar ações, desenvolver-se social e economicamente e minimizar erros. Dentro desse contexto, verificou-se que Alpercata não possui um órgão ou setor específico responsável pela gestão do turismo. Não há também Plano Municipal de Turismo - PMT, a principal ferramenta de planejamento e gestão com vistas ao desenvolvimento da atividade turística municipal.

Segundo a SETUR/MG (2014), o Plano Municipal de Turismo é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com Conselho Municipal de Turismo que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, possui um horizonte de planejamento de quatro anos que é reelaborado a partir de mudanças no cenário do município, a fim de garantir as estratégias de atuação para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município, dentre outras ações:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

Conforme anteriormente expresso, o planejamento do turismo em Alpercata mostra-se frágil. Essa fragilidade se expressa também na inexistência de Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). O Conselho é considerado o principal mecanismo de participação e controle social nas decisões sobre os rumos da atividade turística do município, inclusive naquilo que se refere à elaboração do PMT. Segundo a SETUR/MG (2014), o Conselho Municipal deve ser “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

De acordo com os levantamentos de dados primários e secundários, o município não possui Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, não dispõe de dotação orçamentária específica para o turismo e também não dispõe de legislação de incentivo ao turismo, o que poderia auxiliar no desenvolvimento da atividade no nível municipal.

Salienta-se que a Lei Orgânica de Alpercata, no Artigo 227, dispõe que o município deverá incentivar o turismo social, mediante benefícios fiscais. Embora haja previsão para estes incentivos na lei maior do município, nenhuma medida legislativa foi tomada até o presente momento. As iniciativas utilizadas pela Prefeitura para fomentar e apoiar iniciativas no setor do turismo no município são financiadas com recursos próprios.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O Município de Alpercata não participa do Programa Nacional de Regionalização do Turismo e, conseqüentemente, não faz parte da política estadual dos Circuitos Turísticos - CTs. Tal política se constitui no principal instrumento de gestão para a viabilização da inserção dos municípios na política de regionalização do turismo.

O município também não é contemplado pelo ICMS Turístico, política estadual de turismo que visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasse mensal de recursos, além de estimular a formatação/implantação de programas e projetos com vistas ao desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

Alpercata possui precária infraestrutura de atendimento ao turismo. O trabalho de campo realizado permitiu identificar que o município não conta com nenhum serviço de agenciamento turístico, tem pouco espaços para eventos e serviços de transporte turístico.

No trabalho de campo, ainda, não foram identificados atrativos naturais, conforme definidos pela Secretaria de Estado de Turismo no manual de aplicação do INVTUR. Os atrativos naturais, nesses termos, são definidos como elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos (montanhas, rios, praias, cavernas, cachoeiras, clima, flora, fauna).

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Nos manuais do INVTUR, os meios de hospedagem estão caracterizados como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Em Alpercata, foi inventariado apenas um meio de hospedagem: Pousada e Restaurante MG7, que dispõe de 17 unidades habitacionais, totalizando 23 leitos.



Figura 8 Pousada e Restaurante MG7

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Quanto aos empreendimentos de refeições, lanches e/ou bebidas, que prestam serviços remunerados, foram identificados 12 estabelecimentos. Os estabelecimentos cujos inventários foram validados são:

- Restaurante MG 7;
- Restaurante Bom Sabor;
- Açaí Mix;
- Bar Pais e Filhos;
- Restaurante Perêtes;
- Padaria e Confeitaria Central;
- Bar e Lanchonete Nosso Bar;
- Bar das Almas;
- Caldo e Cia;



- Lanchonete Pantanal;
- Gauchão do Dé;
- Pizzaria Sinagoga.

Tabela 8 Empreendimentos de refeições, lanches e ou bebidas em Alpercata

Restaurante MG 7



Restaurante Bom Sabor



Açaí Mix



Bar Pais e Filhos





Restaurante Perêtes



Padaria e Confeitaria Central



Bar e Lanchonete Nosso Bar



Bar das Almas



Caldo e cia



Lanchonete Pantanal



Gaúchão do Dé



Pizzaria Sinagoga



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Locais e Templos de Fé/Edificações

No âmbito do Inventário Turístico, os templos de fé interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, que podem ser consideradas atrativos turísticos e bens patrimoniais,

quanto das manifestações de fé presentes no município. O levantamento realizado em campo possibilitou inventariar 10 locais e templos de fé, a saber:

Tabela 9 Locais e templos de manifestação de fé/edificações

Igreja Presbiteriana do Brasil	Igreja Cristã Maranata
	
Igreja Brasil para Cristo	Salão do Reino das Testemunhas de Jeová
	



Paróquia Senhor Bom Jesus



Igreja Batista do Calvário



Igreja Nossa Senhora Aparecida



Antiga Igreja Nossa Senhora Aparecida



Igreja Evangélica Assembleia de Deus



Igreja Pentecostal Tocha Acesa



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Sendo ou não considerados bens patrimoniais e sendo ou não protegidos pelo município, pelo Estado ou pela União, do ponto de vista do diagnóstico cultural, esses templos são importantes lugares de práticas culturais considerando-se a perspectiva da diversidade religiosa no município de Alpercata. Abrigam, ainda, importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginárias, telas, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.

3.2.1.2.4 Atrativos Naturais

No município de Alpercata, durante o trabalho de campo, não foi possível identificar e inventariar nenhum atrativo que possua elementos naturais que possam ser utilizados para fins turísticos, de esporte e lazer.

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura

previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A Figura 9 traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



Figura 9 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: MINC / SNC - Caderno de orientação aos municípios.

É nesse contexto que se apresenta a seguir informações sobre a política cultural no município de Alpercata.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política cultural em Alpercata é realizada pelo Departamento de Cultura e Patrimônio Cultural, subordinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Informa-se que o município não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, iniciativa fundamental para a estruturação em rede dos organismos de gestão da cultura local, estabelecendo suas respectivas funções. A configuração e o funcionamento plenos do referido Sistema dependem da instituição de todos os órgãos previstos em lei, o qual deve conter, no mínimo, conforme preconizado pelo Ministério da Cultura: órgão executivo, instância de controle social, fundo, conferência e Plano Municipal de Cultura.

Segundo a gestora entrevistada, o município possui Plano Municipal de Cultura PMC, elaborado com a participação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. Todavia, o referido Plano não está regulamentado por lei. O PMC é instrumento de gestão que contém as diretrizes, objetivos, metas, ações e respectivos indicadores de monitoramento e avaliação da efetividade da política.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

Alpercata dispõe de uma instância de participação social, o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, criado pela Lei nº 684/2002. De caráter consultivo e representação majoritariamente governamental, o referido Conselho encontra-se em atividade. Além da supracitada instância, o município realizou a Conferência Municipal de Cultura, em 2009.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Segundo a gestora entrevistada, a falta de apoio e recursos de todas as formas é uma das principais dificuldades para o fomento à cultura em Alpercata. Ainda de acordo com a referida gestora, “assim como se destina verba para a educação, o município deveria destinar verba exclusiva para o setor da cultura”.

O município possui Fundo Municipal do Patrimônio Cultural, instituído por meio da Lei nº 717/2005 e regulamentado pelo Decreto 015/2009. Contudo, esse Fundo não está em funcionamento e nem tampouco teve recursos destinados à execução de projetos.

Todavia, o fomento às atividades culturais em Alpercata ocorre por meio da combinação de três componentes: recursos próprios, apoio não financeiro e doações, sobretudo para a realização de eventos. Nessas ocasiões, costumam contribuir com apoio técnico e inclusive financeiramente.

Os dados relativos ao Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS¹¹, elaborado pela Fundação João Pinheiro, demonstram o declínio do esforço orçamentário da Prefeitura Municipal de Alpercata em difusão cultural e preservação do patrimônio cultural em relação ao total das despesas. Este foi de 0,7% em 2006 e passou a 0,2% em 2013. A título de comparação informa-se que nesse último ano o maior valor desse indicador registrado dentre os municípios de Minas Gerais foi de 13%. Salienta-se que esse esforço orçamentário reflete o grau de prioridade conferido ao setor de cultura no conjunto das políticas públicas implementado em âmbito local (IMRS, 2016).

Segundo pesquisa realizada no sítio Fiscalizando com o TCE¹², no exercício 2015, Quadro Comparativo da Despesa Fixada com a Executada, foi fixado na Função Cultura, após atualização, R\$349.739,00, sendo R\$48.400,00 para Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e R\$301.339,06 para Difusão Cultural. Foram liquidados R\$258.633,77 (o restante empenhado), sendo apenas R\$2.000,00 para Patrimônio e R\$256.633,77 para

11 "O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual "A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer... (IMRS, 2016)."

12 Sítio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. "Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio".

Difusão. O valor da despesa atualizada da Função Cultura representou 1,8% do valor total das despesas fixadas pela Prefeitura de Alpercata em 2015.

Os esforços empreendidos em política pública de proteção do patrimônio nos últimos anos, ainda que de forma irregular, levaram a um aumento significativo dos valores repassados ao município através do programa ICMS Patrimônio Cultural¹³: R\$753,15 em 2014 para R\$62.318,74 em 2016 (sitio Lei Robin Hood, FJP).

Destaca-se, por fim, que o município não dispõe de lei específica de incentivo à cultura.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

No trabalho de campo não houve nenhum aspecto levantado que atendesse aos critérios de organização definidos a partir de elementos culturais materiais e imateriais, os quais, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e Demais Espaços Expositivos

Também não foram identificados outros equipamentos culturais, como museu, galeria e teatro.

3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

Também não foram identificados outros equipamentos como arquivo público e biblioteca.

13 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº12.040/95, atual Lei nº13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As principais expressões culturais identificadas pela pesquisa, realizada em 2016, foram, além das festas religiosas, o Festival do Quiabo, a Cavalgada da Independência, a tapeçaria, a pintura sobre tela, a modelagem em cerâmica fria, a confeitaria e o crochê. Observou-se, ainda, a existência da Fanfarra Municipal.

Sobre a gastronomia de Alpercata, o frango com quiabo foi identificado como o produto gastronômico principal, com a utilização de colher de pau, panela de ferro e fogão a lenha.

3.2.2.4 Calendário Cultural

O calendário cultural do município se compõe dos seguintes eventos ao longo do ano:

- Março: Aniversário da cidade.
- Maio: Festival do Quiabo. O Artigo 226, Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal afirma que “o festival do quiabo é uma Festa Tradicional do Município, e se realizará na segunda quinzena de maio”.
- Agosto: Noite de Talentos.
- Setembro: Cavalgada da Independência; Festa do padroeiro Senhor Bom Jesus; e Jubileu do Senhor Bom Jesus.

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

A Lei Orgânica de Alpercata, Lei nº 12/2012, estabelece, na Seção II, a competência do município. Em seu Artigo 8º, que estabelece a competência administrativa do município em comum com a União e o Estado, consta: “impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural”; e “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”.

Na Seção VII, que versa sobre a Cultura, tem-se os Artigos 175 a 178. O Artigo 175 aborda os aspectos relacionados ao acesso e às condições de produção dos bens culturais enquanto direitos ligados à cidadania. O Artigo 176, por sua vez, tem por objeto a definição

acerca dos elementos que constituem o patrimônio cultural do município, assim como se descreve a seguir: “Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores do povo Alpercatense, entre os quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações tecnológicas, científicas e artísticas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artísticas e culturais;

V - os sítios de valores históricos, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O teatro de rua, a música, por suas múltiplas formas e instrumentos, a dança, a expressão corporal, o folclore, as artes plásticas, as cantigas de roda, entre outras, são consideradas manifestações culturais.

§ 2º - Todas as áreas públicas, especialmente os parques, jardins e praças públicas são abertas às manifestações culturais”.

Já o Artigo 177 estabelece os procedimentos e instrumentos destinados à proteção do patrimônio histórico e cultural municipal, a saber: “inventário, pesquisas, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação”.

Alpercata conta com a Lei no 677/2002 de Proteção ao Patrimônio Cultural Material e Imaterial. Entretanto, na relação de bens protegidos do IEPHA, seja por decreto de tombamento ou registro, não consta nenhum bem tombado ou registrado em Alpercata.

Porém, segundo a documentação do município entregue ao IEPHA, programa ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017, Alpercata apresenta um trabalho de inventariação de bens culturais, tais como:

- Igreja Matriz
- Praça Paulo VI
- Sacrário
- Crucifixo
- Altar-mor
- Pia Batismal
- Senhor Bom Jesus
- 1º Hidrante de Alpercata
- Antigo Cinema
- Festival do Quiabo
- Casa da Dona Firmina
- Casa do Sr. Pestana
- Escola Estadual Professora Terezinha Pinto Fernandes Maia
- Máquina de Arroz

Os quatro últimos bens culturais foram inventariados no ano de 2015.

3.2.2.6 Educação Patrimonial

O município desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP, de 02/2012, cujo objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade, conscientizando os alunos quanto à cidadania, à identidade cultural e à memória. A metodologia consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates, pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural.

Em 2015, o município realizou curso de capacitação para professores, servidores e demais interessados, visando o desenvolvimento do Projeto Educar, Conhecer para Preservar. No mesmo ano, o bem cultural escolhido para o trabalho nas escolas municipais foi o Festival do Quiabo.

Projeto Educar

Escola Municipal Vereador José Contin Sobrinho

“Festival do Quiabo

Em Alpercata

tem pessoas

e diversão

No festival tem

Sanfona e violão

Para fazer uma canção

Tem muita comida e diversão” Poesia – Luciano

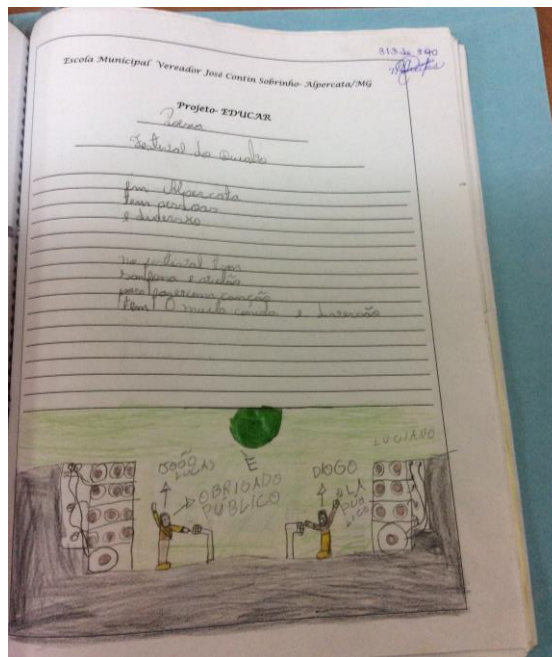


Figura 10 Poesia e ilustração

Fonte: Projeto Educar, 2016

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a

concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial. É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Alpercata, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer em Alpercata é desenvolvida por órgão exclusivo, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, o que pode indicar que esta política social se encontra entre aquelas consideradas prioritárias no município.

Todavia, embora a Política Nacional do Esporte assinala que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a Prefeitura Municipal de Alpercata não implementou o Plano Municipal de Esporte e Lazer. Por outro lado, informa-se que o referido Plano estava em processo de elaboração quando da realização do levantamento de dados, porém sem a participação da sociedade civil.

O levantamento de dados também possibilitou informar que o município não possui sistema de informações e indicadores para planejar, monitorar e avaliar a gestão da política de esporte e lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes foi constatada a existência de um Conselho Municipal de Esporte, criado sob a Lei nº 798 de 09 de março

de 2010. O secretário municipal de esporte e lazer, informou que o referido conselho é consultivo e de representação paritária, mas está inativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

O Secretário Municipal de Esporte e Lazer relatou que o município não possui Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer e nem legislação de incentivo ao Esporte e/ou Lazer. De acordo com o entrevistado, não há dotação orçamentária específica destinada às políticas de Esportes, embora a Prefeitura utilize de recursos próprios e doações para promover, fomentar e apoiar iniciativas deste setor.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer¹⁴” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de “Esporte e Lazer”, em 2013, apontou que os gastos orçamentários de Alpercata nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram para as prestações de contas anuais 1% do total do orçamento municipal. Em 2009, esse percentual era de 0,6%, apresentando um aumento de 0,4% no orçamento no período de 2009 a 2013 (FJP, 2013).

Em análise do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportes (Artigo 8º, §3º, Inciso I da Lei nº 18.030/2009) - ano base 2015, disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais, o município de Alpercata não obteve pontuação no período avaliado, visto que o seu Conselho se encontra cadastrado, porém inativo (MINAS GERAIS, 2016).

O ICMS Esportivo é um programa do Governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte, a realização de

¹⁴ O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município. (FJP, 2013).

programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular (MINAS GERAIS, 2016). Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base (ano civil imediatamente anterior ao ano de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo) (MINAS GERAIS, 2016).

É válido ressaltar que, segundo o entrevistado, houve queda de aproximadamente 50% na arrecadação relativa a produtos e serviços do Esporte e/ou Lazer no município em decorrência do Evento.

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

De acordo com um levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, o município de Alpercata não tem participação em nenhum programa desenvolvido pelo Governo de Minas Gerais.

Segundo um estudo realizado pela Fundação João Pinheiro, o indicador Participação em Programas Governamentais de Esporte¹⁵ do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de 'Esporte e Lazer' aponta que, "Alpercata estava entre os 474 municípios de Minas que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer" (FJP, 2013).

O levantamento de dados em campo possibilitou informar que as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Torneios Estudantis (internos

¹⁵ O indicador "Participação em Programas Governamentais de Esporte" mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais (FJP, 2013).

e externos, para crianças, jovens e veteranos), Futebol masculino e Futebol feminino, Festa da Noite de Talentos, Festival do Quiabo e Festival do Leite.

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos de Esporte e Lazer

O município possui oito espaços ou infraestruturas de lazer e entretenimento que, de acordo com a validação das informações, se constituem em equipamentos que propiciam o encontro da comunidade, a prática de esportes, a realização de aulas de Educação Física, atividades físicas e de lazer, culturais e eventos. São eles:

- Praça Homero Melo;
- Praça da Igreja de Nossa Senhora Aparecida;
- Quadra Poliesportiva da Escola Municipal Ramiro de Souza Monteiro;
- Central Social de Cabos e Soldados;
- Estádio Municipal Sebastião Rosena;
- Estádio e Quadra Poliesportiva Municipal Sebastião Rodrigues;
- Estádio Municipal Valdete Soares Toledo;
- Praça Paulo VI.

Tabela 10 Equipamentos de esporte e lazer

Praça Homero Melo



Praça da Igreja Nossa Senhora Aparecida



Quadra Poliesportiva da Escola Municipal Ramiro de Souza Monteiro



Central Social dos Cabos e Soldados



Estádio Municipal Sebastião Rosena



Estádio e Quadra Esportiva Municipal Sebastião Rodrigues



Praça Paulo VI



Estádio Municipal Valdete Soares Toledo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3 Diagnóstico de Comunidades Rurais Próximas ao rio Doce

No município de Alpercata foi identificada uma comunidade rural situada próxima ao rio Doce, trata-se do Chacreamento Paraíso, representada no mapa apresentado na figura a seguir.

3.3.1 Chacreamento Paraíso

O Chacreamento Paraíso se localiza na área rural do município de Alpercata, a cerca de 600 metros do rio Doce (Figura 11). Trata-se de um loteamento recentemente implantado, possuindo poucas edificações e reduzido número de moradores.



Figura 12 Vista aérea do Chacreamento Paraíso

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 13 Vista aérea do Chacreamento Paraíso

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A maior concentração de pessoas no local ocorre aos finais de semana, quando o Chacreamento é utilizado para fins de entretenimento e lazer. De acordo com o entrevistado, a relação da comunidade com o rio Doce se dá pelas práticas de pesca e natação, além da captação de água para o consumo.

3.4 Clipping de Notícias

O clipping de notícias foi elaborado por meio de pesquisa no principal sítio de busca da internet, o google¹⁶, utilizando como taxonomias palavras-chave associadas ao Evento e por

¹⁶ goo.gl/46bXSx

ordem de relevância¹⁷. As taxonomias utilizadas foram: I) Alpercata E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Alpercata E barragem.

Para Alpercata, a utilização da taxonomia I gerou dois resultados, enquanto seis outras notícias foram encontradas com a taxonomia II. A Tabela 11 abaixo apresenta a compilação amostral das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município.

Tabela 11 Clipping de notícias de Alpercata

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
CBH-Doce reúne prefeitos de municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão	19/05/2016	CBH-Doce	goo.gl/lu92Vs	Nacional	Negativo
Com problemas de abastecimento, população de Alpercata fecha BR-116	20/12/15	O Tempo	goo.gl/lhK3EG	Regional	Negativo
Um ano de lama, descaso e reconstrução na maior tragédia ambiental brasileira – Parte 1	05/11/2016	Organics News Brasil	goo.gl/KNQs30	Nacional	Negativo
Municípios atingidos por lama terão mais R\$ 2 milhões do governo federal	05/04/2016	G1	goo.gl/GaTVDI	Nacional	Negativo
Falta d'agua ainda castiga cidades no Leste de Minas	19/11/2015	Estado de Minas	goo.gl/EVGRQ5	Regional	Negativo

¹⁷ O período de realização do *clipping* está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 12/12/2016.

Gerais por causa do rio Doce					
Um mês da tragédia - veja ações da polícia, MP, MPF, Justiça e Samarco	05/12/2015	G1	goo.gl/CJliH4	Nacional	Negativo
Desastre de Mariana causa destruição de mais de 660 Km de rios	06/01/2016	Novo jornal	goo.gl/aaVpHw	Nacional	Negativo
5 De Novembro: Um Ano Do Rompimento Da Barragem Do Fundão	05/11/2016	ASSUFOP	goo.gl/Kij73a	Nacional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

A primeira notícia, vinculada no site do CBH-Doce, página do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Doce, informa sobre um encontro ocorrido no município de Mariana com representantes dos comitês que compõem a Bacia do rio e gestores das 39 cidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. O evento visava a apresentar e debater o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta - TTAC, assinado pela empresa Samarco.

Para além da discussão referente aos programas do TTAC, que objetivam reparar e mitigar os impactos decorrentes do Evento (programas voltados à segurança hídrica e qualidade da água, destinação de resíduos sólidos e melhoria dos sistemas de abastecimento de água), a matéria menciona, também, a organização do Fórum de Municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. Alpercata aparece listado como um dos municípios pertencentes à área ambiental 2 do TTAC, integrante do escopo do referido Fórum.

A notícia publicada no sítio do O Tempo, importante jornal diário de Minas Gerais, divulga o protesto realizado por moradores de Alpercata devido à deficiência do abastecimento de água no município. Segundo a matéria, desde o Evento e a consequente contaminação do rio Doce pelos rejeitos de minério, o município vinha sendo abastecido por caminhões-pipa enviados pela Samarco, procedimento esse que havia sido interrompido naquelas últimas

semanas. Por consequência, na data da publicação (20/12/16), a BR-116 foi interdita pelos manifestantes, que atearam fogo em entulhos e pneus. A Samarco informou, em nota, ter cumprido seus compromissos com as medidas reparatorias no município posteriormente ao Evento, e que a empresa apenas seguiu orientações da Prefeitura Municipal de Alpercata ao interromper a distribuição de água.

A equipe do sítio *Organics News Brasil* – Estilo de Viver Sustentável publicou, no exato um ano após o Evento (05/11/2016), a matéria intitulada “Um ano de lama, descaso e reconstrução na maior tragédia ambiental brasileira – Parte 1”¹⁸, na qual apresenta uma retrospectiva “mês a mês”¹⁹. A notícia destaca as ações da Samarco, do Ministério Público, de organizações e instituições diversas, a exemplo do Grupo Governança pelo Rio Doce²⁰ e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio²¹. A reportagem discrimina o valor que seria repassado pelo Ministério da Saúde para cada município impactado a fim de promover ações contingenciais de vigilância sanitária. Alpercata aparece nesta listagem e o valor destinado ao município, segundo informações do G1, seria de R\$ 22.734,83.

A referida reportagem no site G1 foi também capturada na busca²² sob o título “Municípios atingidos por lama terão mais R\$ 2 milhões do governo federal”. Nela, divulga-se o comunicado oficial de liberação de verba do Ministério da Saúde para os municípios atingidos, dentre eles Alpercata, bem como seus montantes específicos.

Já a reportagem “Falta d’água ainda castiga cidades no leste de Minas Gerais por causa do rio Doce”, publicada em 19/11/2015 pelo jornal Estado de Minas²³, retrata as dificuldades relativas ao abastecimento de água nos municípios do leste mineiro, nos quais a população

18 goo.gl/KNQs30

19 À retrospectiva é conferida autoria às jornalistas Luciana Almeida e Vera Moreira, além da produtora Carolina Moreira.

20 goo.gl/YyhuDI

21 goo.gl/zluvsz

22 <https://goo.gl/GaTVDI>

23 goo.gl/EVGRQ5

passou a contar com os serviços de caminhões-pipa, em decorrência da interdição do uso da água do rio Doce.

Após um mês da ocorrência do rompimento da barragem de Fundão, o G1, um dos mais importantes portais de notícias online do país, fez um levantamento de todas as ações e investigações em curso desde o ocorrido. Intitulada “Um mês da tragédia - veja ações da polícia, MP, MPF, Justiça e Samarco”, a matéria recolheu evidências e elencou o que estava sendo feito por órgãos como o Ministério Público, a justiça, a polícia e a própria Samarco. O município de Alpercata aparece como um dos afetados pelo “mar de lama” e que, por conseguinte, enfrentavam problemas de abastecimento de água.

A postagem no sítio Novo Jornal, portal do Rio Grande do Norte, cujo título “Samarco terá de depositar R\$ 1 bilhão em juízo para cobrir danos”, também destaca o problema do abastecimento de água nos municípios que apresentaram maior urgência, elencando-se Alpercata. Ademais, elenca outras regiões e medidas imediatas que devem nortear a alocação do recurso estabelecido.

A notícia propagada no sítio do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos da UFOP - ASSUFOP, marcada por linguagem e tom negativos, relata em curtas linhas os acontecimentos retrospectivos após “Um Ano do Rompimento da Barragem do Fundão” e, ainda, cataloga as cidades do leste de Minas que sofreram gravemente com a falta de água, citando Alpercata.

Com base nas notícias analisadas, apreende-se que algumas das fontes possuem maior projeção, embora adotem uma abordagem de caráter descritivo e tom de neutralidade face ao Evento. Todavia, por terem sido veiculadas por instrumentos de grande alcance, a exemplo do G1, Estado de Minas e O Tempo, essas publicações possuem “abrangência regional” e “duração de longo prazo”, conforme metodologia utilizada em tal análise. As outras fontes, de menor visibilidade (a exemplo de ASSUFOP e Novo Jornal), caracterizam-se pela adoção de um discurso de denúncia face ao Evento, embora não possuam expressiva abrangência e duração em suas publicações.

Portanto, o clipping de notícias possibilita notar que as narrativas adotadas se caracterizam, em sua maioria, por um tom de neutralidade, com alguns registros de denotação negativa.

3.5 Textos Acadêmicos

Outro recurso para a análise do impacto negativo sobre a imagem de Alpercata é a produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo²⁵, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas²⁶ e a Onda Política²⁷ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs²⁸ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia²⁹, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

Tabela 12 Síntese de citações

Município de Alpercata		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não

25 goo.gl/hBGDKp

26 goo.gl/BcEHVc

27 goo.gl/x1VYhC

28 Organização Não Governamental

29 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

No quadro acima, é possível observar que o município de Alpercata foi mencionado em somente uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS³⁰ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”³¹, de dezembro de 2015, as informações sobre o Evento propõem reflexão sobre a atividade mineradora no Brasil³².

Tal estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³³.

30 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

31 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

32 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o Evento. Ver: goo.gl/1soM41

33 goo.gl/Ry1Shs



No documento, observa-se que a menção a Alpercata se limita a uma listagem³⁴ na qual apresenta-se a relação de municípios objeto do decreto de estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento.

34 Página 55.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

Em entrevista institucional, o representante do poder público informou que o turismo é muito importante para o município. Por meio do turismo, avalia, é possível alcançar retorno para a preservação da cultura, além de conceder à comunidade a oportunidade de realizar negócios, vivenciar atividades de lazer e de entretenimento. De acordo com o responsável pela pasta, as principais potencialidades turísticas no município são as festividades (jubileu, cavalgada, festival do quiabo), o artesanato local e os artistas locais.

A característica marcante do turismo municipal é aquele de cunho religioso e cultural. Segundo o gestor público, as necessidades e ações prioritárias com vistas à promoção do desenvolvimento local nesse setor são:

- Recursos técnicos e financeiros;
- Educação patrimonial para a valorização entre a comunidade envolvendo a comunidade e originando um reforço cultural;
- Projetos na área do turismo e capacitação para introduzir a comunidade na temática e na exploração de suas possibilidades.

O gestor municipal avaliou que a relação da Samarco com o município, desde o ocorrido até o presente momento, é “péssima”. Segundo ele, as principais dificuldades do município são a falta de recursos, infraestrutura e apoio governamental. A relação do poder público com a iniciativa privada do turismo é considerada inexistente pelo gestor, não existindo, ainda, estrutura institucional suficiente em relação ao setor, tendo em vista a ausência de estímulo por parte do poder público municipal. Por fim, o entrevistado afirma acreditar que a oferta de infraestrutura de equipamentos e receptivo no município (hotéis, restaurantes, bancos etc.) deveria ser melhor e mais diversificada.

Logo, infere-se que o turismo ainda é incipiente no município, faltando estruturas básicas organizacionais, provenientes tanto do poder público quanto da iniciativa privada.

Após aplicar os questionários do INVTUR, nos empreendimentos e serviços turísticos, e questionário complementar, aos gestores públicos e privados, percebeu-se que as principais potencialidades e fragilidades levantadas no município foram:

- A população local é pouco sensibilizada e mobilizada para o turismo;
- O município apresenta uma pequena infraestrutura para o turismo, mas que atende à demanda atual;
- O município não possui atrativos trabalhados pela ótica do turismo.

4.2 Cultura

Alpercata possui uma frágil estrutura de gestão da política cultural, fragilidade essa expressa, entre outros, pelo fato de o município não ter aderido ao Sistema Nacional de Cultura e, com efeito, não ter implementado o Sistema Municipal de Cultura; pela inexistência de Conselho Municipal de Cultura, pela inatividade do Fundo Municipal de Patrimônio Cultural e pela inexistência de Plano Municipal de Cultura regulamentado. Somam-se a isso a insuficiência do arcabouço legal e a falta de sistematicidade no fomento à cultura. Apenas o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural representa uma instância de efetiva participação social no setor cultural. O município também realizou Conferência Municipal de Cultura, em 2009.

No campo da política de preservação do patrimônio cultural, embora o município disponha de legislação específica e participe do ICMS Patrimônio Cultural, não há informações de bens materiais ou imateriais, tombados ou registrados, respectivamente.

O levantamento dos equipamentos culturais básicos identificou a Biblioteca Pública Municipal Professora Maria das Dores Martins, que atende a toda a comunidade. Não consta a existência de museu, arquivo e centro cultural, equipamentos também importantes para a política cultural municipal.

Para a valorização e fomento à diversidade cultural local faz-se necessária uma política sistemática de cultura, da qual o município carece.

4.3 Esporte e Lazer

Alpercata é um município que apresenta frágil estrutura de gestão da política voltada para o esporte e lazer. Não foram citadas pelo gestor quaisquer participações deste município em programas promovidos pela Secretaria de Estado de Esportes e, tampouco, pelo Ministério do Esporte.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que tem grande importância na organização e melhoria da gestão pública local, encontra-se inativo, impedindo, assim, a participação em programas que proporcionariam uma melhoria na arrecadação financeira municipal. Entre tais programas, destaca-se o ICMS Solidário – Critério Esportivo, que permite um aumento no investimento em atividades esportivas.

Além disso, a inexistência de um Fundo Municipal de Esportes e de um Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal, embasam a fragilidade na gestão da política voltada para o esporte e o lazer.

Muito embora o representante municipal tenha informado que o Esporte e o Lazer compõem uma Secretaria Municipal exclusiva, informou não haver dotação orçamentária específica para a promoção, o fomento e o apoio de suas ações e programas. É possível concluir, desta forma, que o Esporte e Lazer não são tratados como prioridades no programa do Governo Municipal, tendo em vista que sem a referida dotação orçamentária a Secretaria tem pouco poder de mobilização e estruturação de políticas públicas.

Entretanto, o representante municipal reconhece que o Esporte é muito importante para o município, pois é visto como uma alternativa para afastar a juventude das drogas e, também, uma possibilidade para ocupar o tempo e para a formação humana. Ele entende que a estrutura esportiva disponível no município, os três estádios e as duas quadras, constitui-se na maior potencialidade para tais fins. Contudo, a falta de recursos financeiros foi citada como principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local.

O entrevistado afirmou, ainda, que o Lazer também é muito importante para o desenvolvimento social e econômico do município. Suas maiores potencialidades estão no âmbito rural, com muitas fazendas nas proximidades para momentos de lazer e áreas para

prática de esporte de bicicleta e cavalgada, além de outros eventos na comunidade. Segundo ele, o fato da cidade ser pequena e oferecer poucas opções, além da falta de planejamento, assistência técnica e materiais esportivos em geral, são as principais fragilidades observadas para o desenvolvimento do lazer local.

Ainda de acordo com o entrevistado, as ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município para a promoção do desenvolvimento local no Esporte e Lazer são:

- Poços artesianos nos estádios para disponibilidade de água (há locais apropriados);
- Auxílio com materiais esportivos gerais (demanda identificada como muito necessária);
- Reformas de estruturas dos estádios da cidade (os três têm demandas diferentes: a principal demanda reforma no vestiário e os outros dois intervenções pequenas nas arquibancadas).

Ademais, para valorização e fomento de ações locais voltadas para o Esporte e Lazer se faz necessária uma reestruturação das prioridades da política municipal, além de maiores investimentos para este setor, que tem como principal objetivo proporcionar qualidade de vida à população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo rompimento da barragem de Fundão nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- a) Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos).
- b) Classificação dos impactos.
- c) Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras).
- d) Descrição geral dos impactos ambientais.
- e) Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, da elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão conjunta interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme procedimentos empregados na avaliação de impactos.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 13.

Tabela 13 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- a) Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo.
- b) Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem) a ele.
- c) Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer.
- d) Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude.
- e) Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 14 Modelo de planilha de identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência/Intensidade	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											

	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											
Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis											
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais											
	Impacto sobre Bens Móveis											
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural											
	Alteração de Costumes Locais											
	Alteração na Agenda Cultural											
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas											
	Alteração do Calendário Esportivo											
	Alteração de atividades de entidades esportivas											
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas											
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte											

Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização											
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer											

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte consistiu da construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, que são utilizados como artifícios para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (CARDOSO, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partidas para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 15 apresenta o gráfico radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 15 Modelo de gráfico de radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 16, a seguir:

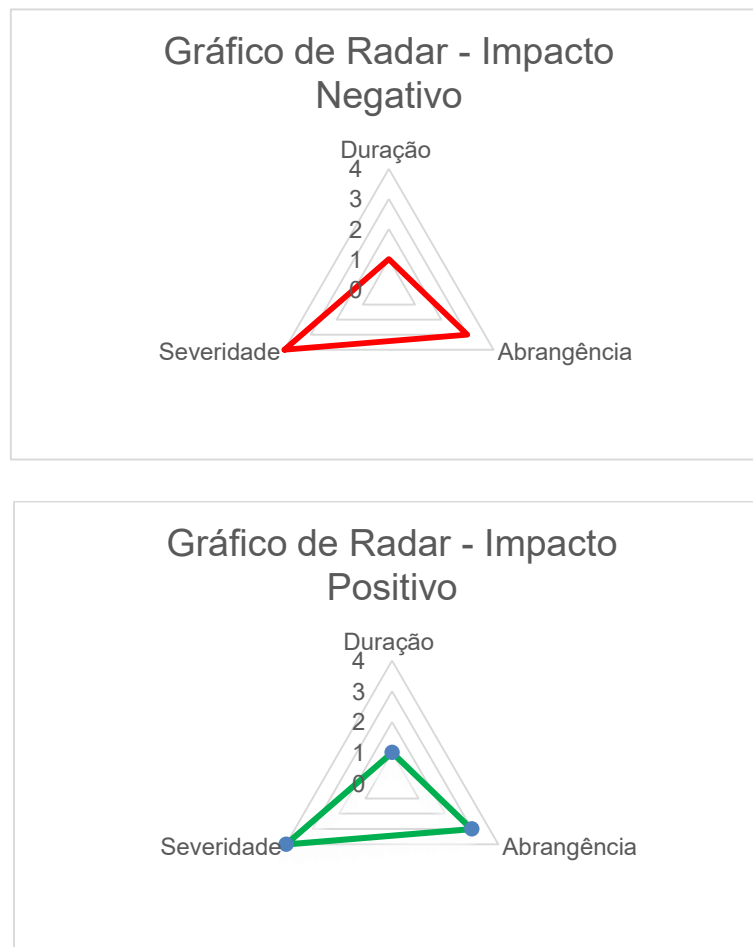


Figura 16 Exemplos de gráficos de radares de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A avaliação de significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de ponderação dos impactos, é a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para

determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 17 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

		Níveis de Severidade				
		1	2	3	4	
Níveis de Magnitude	4					<div style="background-color: #008000; width: 20px; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> Impacto pouco significativo <div style="background-color: #ffff00; width: 20px; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> Impacto significativo <div style="background-color: #f4a460; width: 20px; height: 15px; margin-bottom: 5px;"></div> Impacto muito significativo <div style="background-color: #ff0000; width: 20px; height: 15px;"></div> Impacto crítico
	3					
	2					
	1					

Figura 17 Classificação da significância de impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e mensurados seus resultados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo; e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1^a ordem.
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (**1**) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios.
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (**2**) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo evento.
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (**3**) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração.
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (**4**) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo, apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (**1**) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento.
- b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (**2**) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos.
- c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (**3**) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos.
- d) Impactos não remediáveis (**INR**) (**4**) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para cada impacto identificado, como forma de se precisar o máximo possível as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o evento no âmbito regional, nacional e internacional.
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o evento.
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o evento.
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o evento.

Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico.
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico.
- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região.

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes.
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes.
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes.
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística.
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem.
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem.
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem.
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem.
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem.
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo.
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente pessoal ligado ao turismo.
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo.
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo.
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo.
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo.
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local.
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local.
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local.
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.



- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem.
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e ou comprometimento do bem.
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens.
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem.
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens.
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem.
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural.
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual).
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31 até 70% do usual).



- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais)

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas.
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas.
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas.
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impacto: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais.
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais.
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais.
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impacto: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações

(Lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e ou sociais, outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades.
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos.
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades.
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam.
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro.
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam.
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de Intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento.
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento.
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento.
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os Recursos Naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos equipamentos e estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas.
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas.
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas.
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município.
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município.
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município.
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas.
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas.
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas.
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer.
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer.
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer.
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas.
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas.
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas.
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.
- b) Médio (2) – O evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.
- c) Médio-alto (3) – O evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.
- d) Alto (4) – O evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer.
- b) Médio (2) – O evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer.
- c) Médio-alto (3) – O evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer.
- d) Alto (4) – O evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

O diagnóstico cultural do município possibilitou identificar impactos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão. Esses impactos incidiram sobre diferentes dimensões da vida cotidiana de Alpercata, conforme se descreve a seguir.

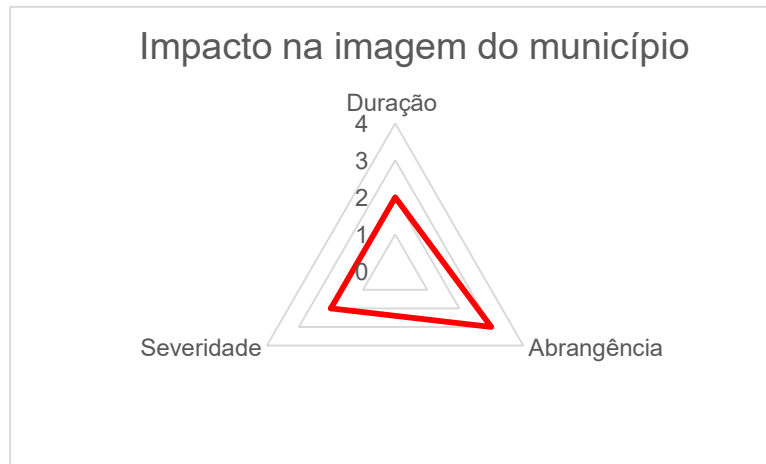
5.2.1 Impacto sobre a Imagem do Município

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado as mídias e a ciência.

Conforme consta no item de Diagnóstico, a análise acerca das repercussões do Evento sobre a imagem do município de Alpercata foi procedida com base em clipping de notícias e em recorte amostral de artigos científicos. Em ambos os tipos de publicações - jornalística e científica -, não se registram menções recorrentes a Alpercata. Conforme diagnosticado, a busca no principal sitio de buscas da internet possibilitou obter oito matérias jornalísticas nas quais Alpercata aparece arrolado, junto com outros municípios da Bacia do rio Doce, como impactado pelo Evento, sobretudo em termos de problemas relacionados a abastecimento de água.

Este impacto é considerado negativo, direto, de média duração (2), levando-se em conta que a recuperação desta área deverá durar um período de até cinco anos, e de abrangência municipal (3), uma vez que incide sobre a imagem deste. A severidade do impacto foi considerada como média (2), em função da quantidade de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o evento com a vinculação do nome do município.

Gráfico 2 Impacto na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Este impacto é considerado como significativo (2), tendo em vista estas características.

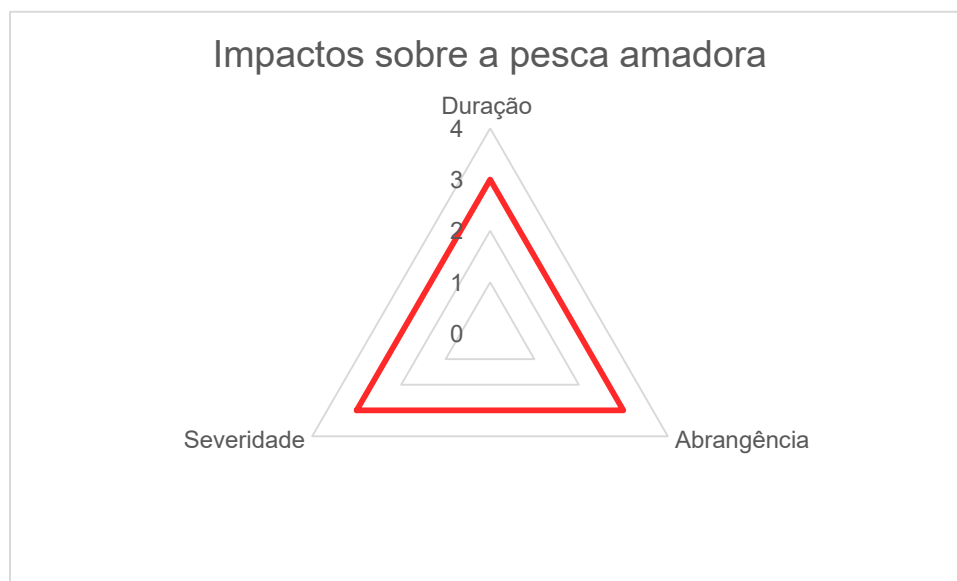
5.2.2 Impactos Sobre Atividades Culturais, Turísticas, de Esporte e Lazer

5.2.2.1 Pesca Amadora

A atividade de pesca amadora e esportiva encontrava-se proibida na bacia do rio Doce na ocasião da pesquisa em função do período de Defeso – Portaria IEF 155/2011 e em função do Evento – Portaria IEF nº 78/2016. Segundo um morador da comunidade rural entrevistado, após o rompimento da barragem, a relação da comunidade com o rio mudou na prática da pesca de lazer e amadora. O Evento causou alterações drásticas na biota aquática, levando à grande mortandade de peixes, além de despejar grande quantidade de resíduos ao longo do rio Doce. Os moradores desta região entrevistados, relataram que a atividade de pesca cessou completamente após o evento e ainda não foi retomada.

Este impacto negativo tem origem direta com o Evento. Seu processo de recomposição é de longa duração (3), sua abrangência/magnitude é municipal (3) e sua severidade médio-alto (3), por ser de médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades.

Gráfico 3 Impacto sobre a pesca amadora no município de Alpercata



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A significância deste impacto é avaliada como muito significativa (3), considerando as variáveis acima analisadas.

5.2.2.2 Impactos nas atividades de esporte e lazer

A Prefeitura Municipal de Alpercata realizava eventos culturais, esportivos e de lazer para a comunidade, tais como torneios estudantis (internos e externos, para crianças, jovens e veteranos), futebol masculino e futebol feminino, Festa da Noite de Talentos, Festival do Quiabo e Festival do Leite. Estas atividades propiciavam a comemoração de aspectos e fatos relevantes da história local, a interação social e a afirmação da identidade coletiva. Foi informado, ainda, que, em alguns momentos, os munícipes viajam para participar de eventos

em outros municípios. Toda essa programação foi cancelada devido à falta de água ocasionada pelo Evento em Alpercata e na região.

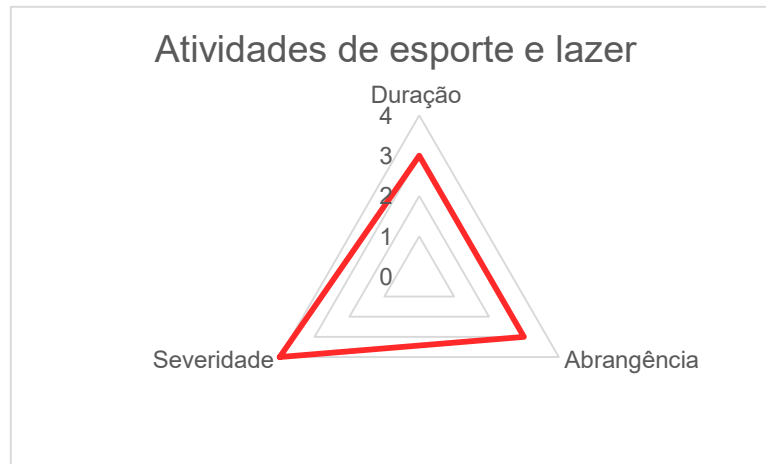
Essa interrupção do abastecimento durou cerca de um mês, no período de 05/11 a 03/12/15. Entretanto, após esse período, moradores de Alpercata queixaram-se de problemas relacionados ao abastecimento de água, tendo realizado uma manifestação em 21/12/15³⁵, na qual demandaram a regularização do serviço.

Foi mencionado, ainda, que havia uma prainha em Chacreamento Paraíso na qual a comunidade tomava banho no rio. Após o Evento, a comunidade deixou de praticar atividades de lazer de banho no rio. O entrevistado afirmou que era costume da comunidade reunir e fazer churrasco na beira do rio e jogar bola em uma praia que se formava no rio, e agora não realizam mais estas atividades.

Com base no que se expôs acima considera-se este impacto como de natureza negativa; diretamente originado do Evento; e de longa duração (3), uma vez que a estimativa de tempo para a recuperação da área com seus atributos e atrativos é superior a 5 anos. Analisa-se ainda que este impacto é de abrangência municipal (3), considerando que os frequentadores provêm de todo o município. A severidade do impacto foi considerada alta (4), dada a expressiva alteração da paisagem, a impossibilidade de acesso com segurança e autonomia aos atrativos turísticos, para qualquer pessoa após o Evento, além da interrupção do fornecimento de serviços e produtos turísticos.

35 <http://www.otempo.com.br/cidades/com-problemas-de-abastecimento-popula%C3%A7%C3%A3o-de-alpercata-fecha-br-116-1.1196460>

Gráfico 4 Impactos nas atividades de esporte e lazer



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se como crítica (4) a significância deste impacto.

5.2.3 Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

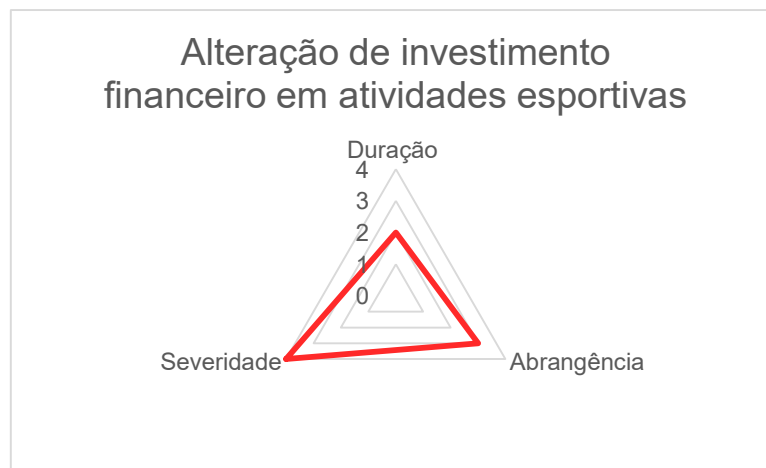
A partir da elaboração do inventário turístico de Alpercata, bem como, da entrevista realizada junto ao representante municipal da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Alpercata, foram detectados alguns impactos na área de Esporte e Lazer.

De acordo com o representante municipal entrevistado, houve uma alteração nos recursos financeiros do poder público municipal em políticas/programas e projetos voltados para o esporte e o lazer. Devido ao Evento, a Prefeitura ficou sem a arrecadação comumente gerada pelos impostos pagos pelos comerciantes, diminuindo assim, os recursos públicos e, conseqüentemente, os investimentos em esportes e lazer.

Além disso, o entrevistado informou também, que houve queda de aproximadamente 50% na arrecadação relativa a produtos e serviços do esporte e/ou Lazer no município. Desta

forma, pode-se dizer que o Evento impactou indiretamente no negócio local e na arrecadação do município, alterando consideravelmente o investimento financeiro em atividades esportivas. Trata-se de uma situação remediável em médio prazo (2). Sendo assim, pode-se avaliar que a severidade deste impacto é alta (4) e a abrangência em nível municipal (3).

Gráfico 5 Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A significância deste impacto é avaliada como crítica (4), considerando as variáveis acima analisadas.

5.2.4 Impactos Econômicos no Turismo

- Meios de hospedagem

Analisar características da ocupação hoteleira é bastante delicado visto que esse é um mercado bastante segmentado; cada localidade possui características diferenciadas e a sazonalidade influencia diretamente no resultado final. Cada cidade apresenta um perfil

diferente das demais e em locais onde houve algum tipo de impacto após o rompimento da barragem de Fundão essa dinâmica fica ainda mais complexa.

Como apontado anteriormente, a pesquisa identificou apenas um equipamento para hospedagem no município de Alpercata. De acordo com o proprietário deste equipamento o impacto sofrido após o Evento foi a falta de fornecimento de água potável. Todavia, ainda de acordo com o proprietário, não houve impacto no fluxo de hóspedes porque seu empreendimento está localizado à beira da estrada (Rod BR 116, - KM 435) e tem como hóspedes mais frequentes motoristas e, outros públicos que passam na cidade por motivos aleatórios não ligados ao rio Doce.

- Alimentos e Bebidas

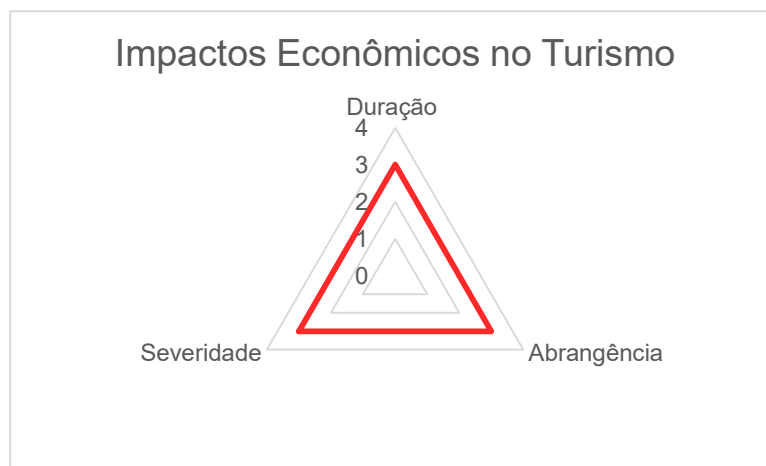
Dos doze empreendimentos inventariados, três não identificaram nenhum tipo de impacto após o rompimento da barragem de Fundão. Os demais, ao referenciar os impactos sofridos, citaram de forma mais recorrente a interrupção no abastecimento de água potável. Fato esse, que de acordo com os entrevistados, prejudicou a qualidade dos serviços prestados e ocasionou a necessidade de buscar água em locais distantes. Um dos gestores relatou que foi preciso contratar um funcionário apenas para fazer o serviço de captação de água potável.

Dentre os nove empreendedores que mencionaram ter sofrido algum impacto, cinco perceberam arrefecimento no número de clientes e, conseqüentemente de arrecadação. Os empreendedores não souberam dizer um valor exato, mas estimam que a redução seja em média de 25%. Na opinião de um dos entrevistados, o evento no rio Doce afetou em 50% o fluxo de turistas na localidade.

Consideradas as diversas dimensões que encerram o setor de turismo no município, avalia-se o impacto em tela como de natureza negativa, originado indiretamente do Evento, e de longo prazo (3), pois estima-se ser necessário um período de tempo superior a cinco anos para o restabelecimento das condições anteriores aos efeitos do rompimento da barragem no município. Sua abrangência é municipal (3) e sua severidade avaliada como média alta

(3), dada a sua incidência particular no setor hoteleiro, de transportes, de alimentação e comercialização de antiguidades.

Gráfico 6 Impactos econômicos no turismo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Estas características conferem a este impacto o nível de muito significativo (3).

5.2.5 Alteração de Costumes Locais

A atividade pesqueira, tradicional em Alpercata, envolve pescadores e a comunidade de modo geral. O rompimento da barragem provocou sua proibição, em razão da contaminação das águas pelos materiais constantes na lama despejada. Assim, a Samarco identificou os pescadores cuja atividade foi impactada e os indenizaram. Todavia, a gestora municipal entrevistada avaliou que tal medida se mostra insuficiente face aos danos e prejuízos provocados. De fato, os prejuízos gerados são de natureza econômica e sociocultural, uma vez que para os pescadores a atividade da pesca se constitui em sua fonte de reprodução social. Para além dessa dimensão, considera-se que a interrupção da atividade pesqueira

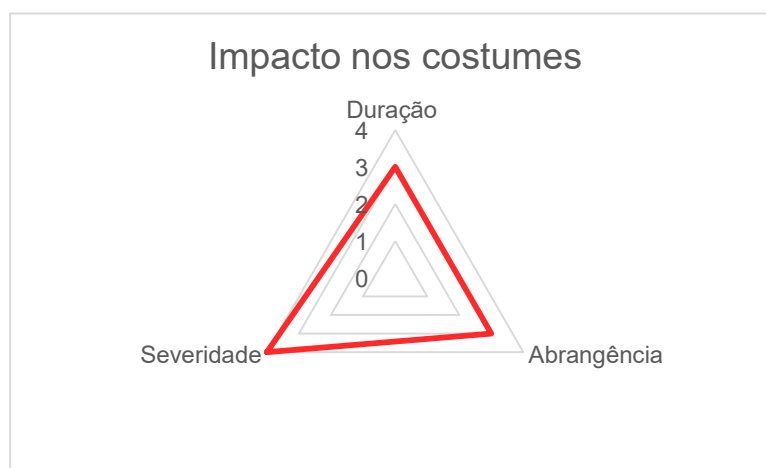
também interfere sobre o modo de viver e de se relacionar socialmente dos pescadores. Isso porque o trabalho é uma dimensão fundamental da construção identitária e sociocultural das pessoas e grupos sociais.

Os costumes da comunidade escolar também foram impactos por decorrência da escassez de água após o despejo da lama da barragem de Fundão no rio Doce. Nas escolas locais, a produção da merenda depende da doação de água pelos pais dos estudantes; tem-se, pois, produzidas alterações na vida dos pais que precisam obter água potável para doar às escolas, bem como na rotina de alunos e trabalhadores da educação – gestores, educadores e funcionários que desempenham funções administrativas.

Conforme informou a gestora municipal entrevistada, face a tal problema, a Samarco distribuiu água para a população do município, porém, por um determinado período de tempo. Por conseguinte, a comunidade precisou criar estratégias e alternativas com vistas a superar o problema da falta d'água.

Este impacto negativo é originado diretamente do Evento, de longa duração (3), de âmbito municipal (3) e de alta severidade (4).

Gráfico 7 Impacto nos costumes



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A significância deste impacto é avaliada como crítica (4), considerando as variáveis acima analisadas.

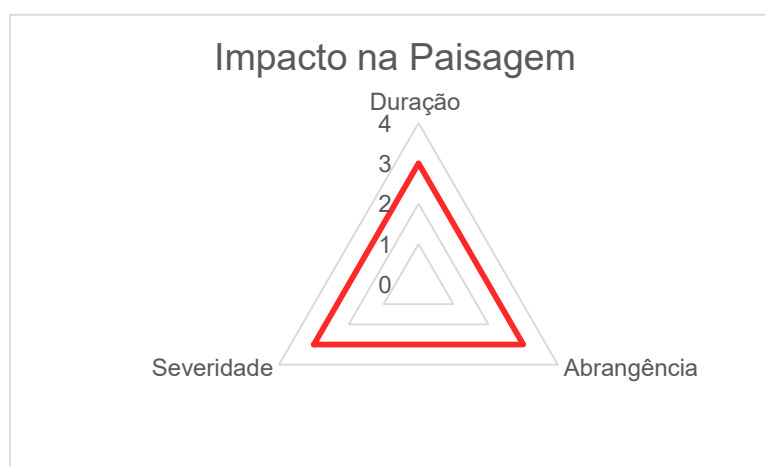
5.2.6 Impacto ambiental e na paisagem

A paisagem do município também sofreu impacto decorrente do Evento. Como o Rio Doce é um dos principais atrativos turísticos do município, a força da lama que escorreu e, conseqüentemente, a poluição das águas fez com que a paisagem que margeia o rio se deformasse, perdendo a sua configuração original (natural) e, como efeito, a sua atratividade.

Em Alpercata, a relação da população com o curso d'água era bastante forte, sendo a composição cênica municipal marcada pela presença do curso d'água.

Tem-se, pois, um impacto de natureza negativa, diretamente decorrente do Evento, de abrangência municipal (3) e longa duração (3). Avalia-se ainda como média-alta (3) a severidade do referido impacto, considerando que o Evento afetou o ambiente e a paisagem.

Gráfico 8 Impacto na paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Face à abrangência e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como muito significativo (3).

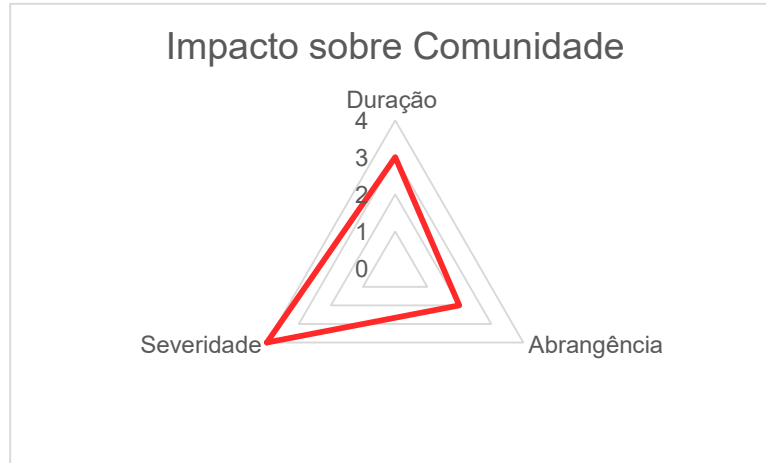
5.2.7 Impacto sobre Comunidade

5.2.7.1 Chacreamento Paraíso

O Chacreamento Paraíso sofreu impactos relativos às atividades de lazer e em relação aos impactos na paisagem. De fato, de acordo com o entrevistado, há, na comunidade, um "sentimento de tristeza em saber como está o rio hoje, e não tem coragem de comer o peixe e nem beber água do rio". Além deste impacto na relação afetiva com o rio Doce, as atividades de pesca e natação desenvolvidas pelos moradores foram impactadas, em função do comprometimento da qualidade da água.

Estes impactos negativos são decorrentes diretamente do Evento e considerados como de abrangência às comunidades (2). No que diz respeito à duração, foram considerados de longa duração (3), em função da necessidade de recomposição da qualidade ambiental do rio Doce no trecho em questão, o que deverá levar um período superior a 5 anos. A severidade foi avaliada como alta (4), tendo em vista que a comunidade encontra-se impedida de acessar o rio para suas práticas de lazer.

Gráfico 9 Impacto sobre comunidade



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Com estas características, este impacto é avaliado como muito significativo (3).

Tabela 15 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação						Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação				
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência/ Mensuração	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impacto sobre a Imagem do Município	Divulgação de notícias e artigos científicos	IN	ID	2	3	2	2	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de fortalecimento institucional para a gestão das políticas de Turismo,	1	1	1

									Cultura, Esporte e Lazer			
Impactos Sobre Atividades Culturais, Turísticas, de Esporte e Lazer	Pesca amadora Atividades de esporte e lazer	IN	ID	3	3	4	4		Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	2	1
Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas		IN	ID	2	3	4	4		Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	2	1
Impactos Econômicos no Turismo	Meios de hospedagem Alimentos e bebidas	IN	ID	3	3	3	3		Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	2	1

Impacto sobre Comunidade	Chacreamento Paraíso	IN	ID	3	2	4	3	<p>Ações de Requalificação Ambiental</p> <p>Ações de Fortalecimento dos Valores Comunitários/ identidade</p> <p>Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer</p>	1	1	1
Alteração de Costumes Locais	Costumes locais	IN	ID	3	3	4	4	<p>Ações de Fortalecimento dos Valores Comunitários/id entidade</p> <p>Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer</p>	1	2	1
Impacto na Paisagem	Impacto visual	IN	ID	3	3	3	3	<p>Ações de Requalificação Ambiental</p> <p>Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das políticas</p>	1	2	1

									municipais de turismo, cultura, esporte e lazer			
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--	--

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no Município

Tabela 16 Listagem de participantes de reunião institucional em Alpercata

Nome do entrevistado	Nome do órgão/setor
Rafael Augusto França Oliveira Machado	Controlador Interno
Marilza Ferreira de Faria Silva	Técnico Gestor do Patrimônio Cultural
Jorge Estefesson Dias	Secretário de esporte e lazer
Maria da Paz Pimentel Freitas	Secretaria de educação e cultura

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 17 Equipe técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ALPERCATA. Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://www.alpercata.mg.gov.br/>. Acesso em: 18 jan. 2017.

ATLAS BRASIL. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais. Editora Itatiaia Limitada. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: 1995.

BRASIL Ministério da Cultura, Cadernos de orientação para os estados, 2012.

Disponível

em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148Guia-de-orienta%25C3%25A7%25C3%25B5es-para-os-Estados-SNC-Perguntas-e-Respostas-dezembro-de-2012.pdf/dde2db14-f3bb-4cc3-8812-328895390e64>>. Acesso: 20/01/2017.

BRASIL. 2014. Ministério da Cultura. Secretaria de Políticas Culturais. Consulta Pública das Metas do Plano Nacional de Cultura. Sítio institucional, atualizado em 03.07.2014, consultado em 18.12.2016.

BRASIL. 2015. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. Sítio institucional, atualizado em 6.8.2015, consultado em 18.12.2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. PNT – Plano Nacional do Turismo. Diretrizes, metas e programas, 2003 – 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes Políticas. 2004.

CARDOSO, V. B. S. Utilizando Recursos Visuais (Gráfico Radar) como Metodologia para Avaliação de Impactos Ambientais. XII SIBESA – XII Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Natal-RN 2014.

DATAVIVA. Disponível em: <http://dataviva.info/pt/>. Acesso em: 13/01/2016.

FERREIRA, Jurandyr Pires. Enciclopédia dos Municípios Mineiros. IBGE: 1957.

FJP - Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS. 2013.

FJP - Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Perfil Municipal. Alpercata <http://imrs.fjp.mg.gov.br>, Visitado em 11/12/2016.

FUTURA, Matriz de Hierarquização de iniciativas, 2016.

PANORÂMIO FOTOS. Disponível em: <<https://www.panoramio.com/128906943>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica. 2003-2009. 2012.

IBGE. IBGE Cidades. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_EN. Acesso em: 10/01/2016.

IER – Instituto Estrada Real. Disponível em: <http://www.institutoestradaareal.com.br/>. Acesso em: 18 de dezembro de 2016.

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha. ICMS Patrimônio Cultural. Documentação do Município de Alpercata. Exercício 2017. Sitio Eletrônico do IEPHA: [ttp://www.iepha.mg.gov/images/stories/ICMS/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf](http://www.iepha.mg.gov/images/stories/ICMS/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf). Visitado em 10/12/16.

MINAS GERAIS, 2013. Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Perfil Municipal. Alpercata. imrs.fjp.mg.gov.br. Acesso em: 16.12.2016.

MINAS GERAIS, Fiscalizando com o TCE, disponível em: <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>. Acesso em 20/12/2017.

MINAS GERAIS. 2014. Secretaria de Estado de Cultura. Plano Estadual de Cultura - Minas Gerais. 2014. Sítio institucional, atualizado em 13.06.2016. Acesso em: 18.12.2016.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Esportes. Institucional. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://esportes.mg.gov.br/>> Acesso em: 18/11/2016.

NOLASCO VP, BITENCOURT V, PAOLI PB, GOMES E, CASTRO M. Administração/Gestão Esportiva. In: DaCosta LP (Org.) Atlas do esporte no Brasil: Atlas do Esporte, Educação Física e Atividades Físicas de Saúde e Lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005. 760-671p.

PEDST-MG – Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Minas Gerais - Diagnóstico do Turismo de Minas Gerais. Fundação João Pinheiro. 2016.

Práxis Projeto e Consultoria. Diagnóstico Socioeconômico - Município do Alpercata, 2016.

Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.esportes.mg.gov.br/> Acesso em 25 out. 2016.

SETUR/MG – Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais. Circuitos turísticos de Minas Gerais: informações administrativas. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: < <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas> >. Acesso em: 13 nov. 2008.

SETUR/MG – Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais. ICMS Turístico. 2016.

SETUR/MG – Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais. Orientações para o Planejamento e Gestão Municipal do Turismo em Minas Gerais. 2014.

SETUR/MG – Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais. Pesquisa de Demanda Turística. 2014.



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



SIDRA. Disponível em:

<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17>. Acesso em:
13/01/2016.

Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Novembro 2016.

TUBINO, M, J, G. Dimensões sociais do esporte. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2001

WTTC – World Travel and Tourism Council. Economic Impact of Travel & Tourism. Brazil. 2016.